



Casa Senhorial

Anatomia dos Interiores

ANAIS DO II COLÓQUIO INTERNACIONAL

ANA PESSOA
MARIZE MALTA
(ORGANIZADORAS)

Casa Senhorial
Anatomia dos Interiores

ANAIS DO II COLÓQUIO INTERNACIONAL

ANA PESSOA
MARIZE MALTA
(ORGANIZADORAS)

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
RIO DE JANEIRO
2016

Fundação  Casa de Rui Barbosa

Anais do II Colóquio Internacional
A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Temer

MINISTRO DA CULTURA
Roberto Freire

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
Presidente
Marta de Senna

Diretor Executivo
Ricardo Calmon

Diretora do Centro de Memória e Informação
Ana Lígia Silva Medeiros

Chefe do Setor de Editoração
Benjamin Albagli Neto

ORGANIZAÇÃO
Ana Pessoa (FCRB)
Marize Malta (PPGAV/EBA-UFRJ)

COMISSÃO ORGANIZADORA DO II COLÓQUIO
Ana Lucia Vieira dos Santos (EAU-UFF)
Ana Pessoa (FCRB)
Isabel Portella (MR-IBRAM)
Marize Malta (EBA-UFRJ)

COMITÊ CIENTÍFICO
Francisco Soares de Senna
Aldrin Moura de Figueiredo (UFPA)
Carlos Alberto Ávila Santos (CA/UFPel)
José Belmont Pessoa (PPGAU/EAU-UFF)
Maria Lucia Bressan Pinheiro (FAU-USP)
Sonia Gomes Pereira (EBA-UFRJ)

EQUIPE DE APOIO
Alessandra Ramalho (EBA-UFRJ)
Catiussia A. da Silva (EBA-UFRJ)
Bárbara Mozzer (EBA-UFRJ)
Beatriz Rosa (EBA-UFRJ)
Camila R. dos Santos (EBA-UFRJ)
Clarisse de Sá (EBA-UFRJ)
Yrvin Gomes (EBA-UFRJ)
Rebeca Reis (EAU-UFF)
Juliana Nobre (MR-IBRAM)
Bárbara Prieto (FCRB)
Lucas Cavalcanti (EBA-UFRJ/FCRB)

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
Ana Lúcia Vieira dos Santos (EAU-UFF)
Ana Pessoa (FCRB)
Carlos Alberto Ávila Santos (CA/UFPel)
Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (Citar/UCP)
Hélder Carita (UNL/Fress)
Isabel Mendonça (UNL/Fress)
Marize Malta (PPGAV/EBA-UFRJ)
Nelson Pôrto Ribeiro (PPGAU/UFES)

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Marize Malta (PPGAV/EBA-UFRJ)

CAPA
Lucas Cavalcanti (EBA-UFRJ/FCRB)

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Lucas Cavalcanti (EBA-UFRJ/FCRB)

Os artigos e as imagens reproduzidas nos textos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Colóquio internacional Casa senhorial: anatomia dos interiores. (2.: 2015:
Rio de Janeiro, RJ)

Anais do II Colóquio Internacional Casa senhorial: anatomia dos interiores, 11 a 13
de agosto de 2015, Rio de Janeiro, Brasil / Ana Pessoa, Marize Malta
(organizadoras). - Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

554 p.

ISBN: 978-85-7004-347-4

1. Casa senhorial. 2. Interiores residenciais. 3. Artes decorativas. I.
Pessoa, Ana II. Malta, Marize

CDD 728.372
C719

APRESENTAÇÃO

O **II Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos interiores** foi realizado de 11 a 13 de agosto de 2015, promovido pela FCRB, com o apoio da EBA/UFRJ, da EAU/UFF, do Museu da República/Ibram, Universidade Nova de Lisboa (Portugal) e Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva (Portugal), tendo patrocínio da Faperj e da Capes.

O evento é desdobramento do projeto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos interiores”, realizado de 2012 a 2014, voltado para o estudo da casa de morada da nobreza e da alta burguesia, entre os séculos XVII e XIX, focando nos múltiplos aspectos dos seus interiores, em duas regiões do mundo cultural e artístico luso-brasileiro: Lisboa e Rio de Janeiro. O projeto foi proposto pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal) e Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva (Portugal), e contou com o patrocínio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Para sua realização, foi estabelecida uma nova metodologia de análise baseada em quatro linhas de investigação: I. Mecenas e artistas. Vivências e rituais; II. Identificação das estruturas e dos programas distributivos e estudo aprofundado de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço; III. Estudo da ornamentação fixa – tetos, azulejaria, talha, pintura, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés, janelas e portas, mobiliário integrado; IV. O equipamento móvel nas suas funções específicas. Os trabalhos desenvolveram-se ao longo de 36 meses e resultaram em duas publicações e em site especializado: www.casaruiarbosa.gov.br/acasasenhorial.

No Brasil, a pesquisa teve o apoio da Fundação Casa de Rui Barbosa e contou com pesquisadores de diversas unidades acadêmicas (EBA/UFRJ, FAU/UFRJ, Museu Nacional/UFRJ, EAU/UFF, Museu da República, além da FCRB), abrangendo as áreas de museologia, arquitetura, paisagismo, artes decorativas, história da arte e história, dando prosseguimento a iniciativas de intercâmbio luso-brasileiro da FCRB.¹

Ao longo dos trabalhos, foram promovidas reuniões no Rio de Janeiro e em Lisboa. No Rio, foram realizados dois encontros dos pesquisadores brasileiros e os coordenadores portugueses, de 24 a 26 de agosto de 2011 e de 20 e 22 de agosto de

¹Essa cooperação teve início em 2006, com a promoção do Encontro Luso-Brasileiro de Museus-Casas – série bienal já em 4ª edição – voltada para o diálogo entre museólogos e pesquisadores dos dois países, tendo como pauta aspectos formais e estruturais, de significação simbólica e de memória, dos museus-casas. Além disso, foi realizado um conjunto de iniciativas acadêmicas, como cursos e workshops.

2012, e, em Lisboa, o workshop “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: estruturas internas, ritual e cotidiano” no Palácio Fronteira, a 17 de janeiro de 2013.

Para conclusão da primeira etapa da pesquisa, foi promovido, de 4 a 6 de junho de 2014, o Colóquio internacional “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos interiores”, no Museu de Artes Decorativas - Palácio Azurara, sede da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, que reuniu 36 conferencistas portugueses e estrangeiros. O interesse suscitado pelo colóquio, com significativa participação de investigadores brasileiros, levou a FCRB promover nova edição no Rio de Janeiro. O projeto inicial desdobrou-se e os interesses por estudar os interiores das casas alargaram as referências geográficas, englobando várias cidades brasileiras e portuguesas. Nessa ampliação de horizontes, o II colóquio buscou reunir mais estudos de caso, buscando contemplar outras experiências de morar em outros países.

A organização do evento foi iniciativa de quatro pesquisadoras atuantes desde o primeiro projeto: Ana Lucia Vieira dos Santos, da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Ana Maria Pessoa dos Santos, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa; Isabel Portella, museóloga do Museu da República; Marize Malta, do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Suas instituições, apoiadas pela Faperj e Capes, foram as responsáveis pela consecução do evento, contando ainda com auxílio dos alunos de graduação da Escola de Belas Artes-UFRJ (Alessandra Ramalho, Catiussia A. da Silva, Bárbara Mozzer, Beatriz Rosa, Camila R. dos Santos, Clarisse de Sá, Yrvin Gomes) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-UFF (Rebeca Reis) e bolsistas do Museu da República (Juliana Nobre) e Fundação Casa de Rui Barbosa (Barbara Prieto e Lucas Cavalcanti), que atuaram na secretaria, recepção, venda de livros e no apoio ao auditório.

Compondo o comitê científico, foram convidados Francisco Soares de Senna, Aldrin Moura de Figueiredo (UFPA), Carlos Alberto Ávila Santos (CA/UFPel), José Belmont Pessoa (PPGAU/EAU/UFF), Maria Lucia Bressan Pinheiro (FAU-USP) e Sonia Gomes Pereira (EBA/UFRJ).

Foram acolhidas propostas de comunicações de norte a sul do país – de Belém, do Pará a Pelotas, no Rio Grande do Sul –, incluindo Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Bahia. Fora do país, Portugal, Itália e México também trouxeram contribuições para a discussão. Como convidados, integrando mesas-redondas que corresponderam aos eixos temáticos do evento, estiveram presentes: Mesa-Redonda I – Espaço interior, estrutura e programa distributivo – Hélder Carita (UNL/FRESS) e Ana Lucia Vieira dos Santos (EAU/UFF); Mesa-Redonda II – Ornamentação fixa – Isabel Mendonça (UNL/FRESS) e Isabel Portella (MR/IBRAM) e Mesa-Redonda III – O

equipamento móvel – Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (CITAR/UCP) e Marize Malta (PPGAV/EBA/UFRJ). De modo a aproximar diálogos com os modos de habitar na França, foi apresentada a conferência *Vivre avec art. De l'hôtel particulier à l'appartement bourgeois des années 30*, conduzida por Monique Eleb, da École Architecture Paris-Malaquais.

Além dos programas e espaços dos salões dos muitos palácios e palacetes, de casas senhoriais e burguesas, e seus personagens, foram também contemplados nomenclaturas, zonas de serviço, mudanças de usos, intervenções e rituais sociais. Para dar conta de vários projetos de embelezamento dos interiores, estiveram em pauta encomendas, contratos, ofertas de serviços, relações de trabalho. Sobre as decorações fixas, compareceram desde sistemáticas para levantamentos de ornamentações fixas existentes em edificações a estudos de elementos particulares, como estuque, papel de parede, pintura decorativa e de fingimento. Sobre os equipamentos móveis houve grande foco nos inventários, mas também perfilaram questões teóricas, historiográficas, narrativas e de tombamento, panorama de serviços de decoração, com ênfase no mobiliário e na louça. Assim, do luxo à trivialidade, da exceção ao corriqueiro, as casas e seus interiores foram mais uma vez núcleo das discussões, permitindo avançar um pouco mais em relação à compreensão da sua complexidade e potencialidade artística. A grande receptividade do evento é um sinal do vigor que o tema desperta e envolve tantos pesquisadores, que começam a encontrar interlocutores. Um campo está a se formar e consolidar.

Para a confecção dos anais, todos os textos passaram por *peer review*, ou seja, revisão por pares, de modo a garantir a qualidade e ineditismo dos mesmos. Compuseram a Comissão de Avaliação os seguintes pesquisadores: Ana Lúcia Vieira dos Santos, Ana Pessoa, Carlos Alberto Ávila Santos, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, Hélder Carita, Isabel Mendonça, Marize Malta e Nelson Pôrto Ribeiro.

A editoração foi realizada por Lucas Cavalcanti, sob coordenação de Marize Malta. Lucas é graduando da EBA-UFRJ, do curso de Design de Interiores, e bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa, atuando no projeto Casas Senhoriais, e aceitou o desafio de assumir o design gráfico dos anais. A subdivisão da publicação em três partes seguiu os eixos temáticos do evento, cada uma relacionada a uma cor: vinho para o Espaço interior; ocre para Ornamentação fixa e azul para Equipamento móvel, cores baseadas nas existentes nos estuques da parede do *Fumoir* do Palácio do Catete, Museu da República, usada como imagem do evento. Além disso, a identidade visual ganhou ornamento de ramicelos inspirados na decoração do frontão, também em estuque, da porta localizada na antessala da imperatriz, no antigo Paço de São Cristóvão, atual Palácio da Quinta da Boa Vista, sede do Museu Nacional da UFRJ. O ramicelo, presente em cada página de abertura de trabalho, lembra que se trata de uma publicação que dá atenção aos interiores, aos detalhes, às minúcias e que é hora de prestarmos mais

atenção para o lado de dentro das edificações, especialmente das casas que, com seus protetores limites de abrigo, suas capacidades de acolhimento da vida diária e seus encantos para receber os visitantes, ajudaram a moldar nossas visões de mundo. Tanto as histórias da arte quanto da arquitetura precisam incorporar esse espaço de natureza particular, com suas anatomias próprias, educando os olhares de seus agentes para aprenderem a ver portas adentro.

Desejamos boas leituras e que elas estimulem mais e mais trabalhos.

Rio de Janeiro, junho de 2016.

Ana Pessoa (FCRB)
Marize Malta (EBA/UFRJ)



SUMÁRIO

Apresentação	4
<hr/>	
ESPAÇO INTERIOR, ESTRUTURA E PROGRAMA DISTRIBUTIVO	
Das águas-furtadas às estrebarias: zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII	12
Hélder Carita hc.atelier@clix.pt	
A família real e a introdução de novos usos na casa carioca	37
Ana Lucia Vieira dos Santos aluciavs@gmail.com	
<hr/>	
Evolução construtiva da casa de morada da Fazenda Rialto: da casa do trabalho à casa senhorial	54
Elizeu Marcos Franco, Mirian C. B. Oliveira, Natasha S. Pinto e Sérgio S. Lima emfranco@hotmail.com	
Práticas e interações nos espaços destinados aos serviços da casa senhorial	69
Maria Cláudia Vidal Barcelos m_claudia@uol.com.br	
Análise do interior de uma residência burguesa manauara do período áureo da borracha	80
Márcia Honda N. Castro marciahonda@bol.com.br	
Os espaços domésticos da burguesia: palacetes e sobrados do distrito da Vitória na Primeira República (1890-1930)	98
Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida carmitabaltar@gmail.com	
Paris n'América: um palacete com dupla função	112
Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes marcianunes2011@gmail.com	
Edifício Presno, uma mirada a la arquitectura señorial em Puebla, Mexico	134
Alejandro Enrique Benítez Barranco, Maria del Carmen Fernandez de Lara e Ana Maria Sosa González anasosagonzalez@gmail.com	
Moradia burguesa belenense no período da borracha (1850-1920): aspectos sociais e programa distributivo	147
André de Barros Coelho coelhodebarros@gmail.com	
Reconstruindo o Palacete de D. João VI	162
Luciana Nemer Diniz luciana_nemer@ig.com.br	

ORNAMENTAÇÃO FIXA

- A decoração das casas senhoriais de Lisboa revelada pelos inventários** 176
Isabel Mayer Godinho Mendonça
isabelmendonca@hotmail.com
- Um sonho em Pedra e Cal: O barão Antônio Clemente Pinto e seu legado patrimonial - A construção do Palácio Nova Friburgo** 196
Isabel Sanson Portella
isabel.portella@gmail.com
-
- Artífices na passagem do século XIX para o XX na Província do Espírito Santo** 209
Nelson Pôrto Ribeiro
nelsonporto.ufes@gmail.com
- O estuque oitocentista no Rio de Janeiro: metodologia para documentação** 222
Claudia S. Rodrigues de Carvalho, Patricia Cavalcante Cordeiro e Teresa Cristina Menezes de Oliveira
crcarvalho@rb.gov.br
- Os Papeis de Parede e sua história: seu uso na casa de Mariano Procópio em Juiz de Fora** 243
Carlos Terra e Douglas Fasolato
terraccg@gmail.com, fasolato@uol.com.br
- Gosto arquitetônico italiano nas residências cariocas finiseculares** 256
Maria Helena da Fonseca Hermes
mhelenahermes@forum.ufrj.br
- Elementos ornamentais do ecletismo pelotense: bens integrados desaparecidos** 271
Cristina Jeannes Rosisky, Fábio Galli Alves e Carlos Alberto Ávila Santos
crisroz@hotmail.com, fabiogallirestauro@uol.com.br, betosant@terra.com.br
- “Afinidades eletivas”: a pintura decorativa e o estuque no Palácio do Catete** 288
Ana Cláudia de Paula Torem
torematelier@gmail.com
- Bravo! Bragaldi: o palácio, o artista e a arte no Brasil** 302
Ana Pessoa
anapessoa@rb.gov.br
- A pintura mural de Luigi Manini para o Palacete da Quinta da Regaleira em Sintra** 329
Miguel Montez Leal
mnsml70@hotmail.com

O EQUIPAMENTO MÓVEL

- Aspectos da investigação dos objectos móveis no atual panorama historiográfico luso-brasileiro: reflexões e breves estudos de caso** 342
Gonçalo de Vasconcelos e Sousa
gsousa@porto.ucp.pt
- Quem faz, quem vende. Móveis, artefatos e serviços para decoração de interiores das casas oitocentistas no Rio de Janeiro** 373
Marize Malta
marizemalta@uol.com.br
-

La villa Melzi d'Eril a Bellagio sul lago di Como: una decorazione neoclassica tra politica, arte e natura	389
Ornella Selvafolta ornella.selvafolta@fastwebnet.it	
Palacetes senhoriais ecléticos da fronteira meridional do Brasil: acessos e vestibulos e seus elementos funcionais/ornamentais	407
Carlos Alberto Ávila Santos betosant@terra.com.br	
Resquícios do luxo senhorial nas artes decorativas e construtivas a partir do final do século XIX em Ouro Preto	414
Alexandre Mascarenhas, Ronaldo de Carvalho Martins e Maria Cláudia Coelho afmascarenhas@yahoo.com	
As casas senhoriais de Salvador e Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII: contribuições da arqueologia para o estudo do seu equipamento móvel cotidiano	432
João Pedro Gomes, Sílvia Alves Peixoto e Tania Andrade Lima jpdrgms@gmail.com, silviapeixoto@gmail.com, talima8@gmail.com	
Cenários da Chácara da Baronesa em Pelotas, RS	449
Annelise Costa Montone e Ester Judite Bendjouya Gutierrez annelisemontone@gmail.com, esterjbgutierrez@hotmail.com	
Os bens móveis inventariados na Estância dos Prazeres de Pelotas, RS (1788-1828)	464
Fernando Gonçalves Duarte e Ester Judite Bendjouya Gutierrez esterjbgutierrez@hotmail.com	
Os móveis das casas senhoriais charqueadoras. Pelotas. RS. 1810-1884	485
Ester Judite Bendjouya Gutierrez, Emily Ingrid Nobre Silva e Nadyne de Avila Madruga esterjbgutierrez@hotmail.com	
Os vícios decorativos: os Sete Pecados Capitais e a sala de visitas da Fazenda Resgate	505
André Monteiro de Barros Dorigo andre.dorigo@yahoo.com.br	
A presença de objetos chineses na morada senhorial entre os séculos XVII e XIX na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo	518
Paulo de Assunção assuncao@prestonet.com.br	
Os Bens Móveis no Universo das Leis de Tombamento: o mobiliário do Palácio Laranjeiras	532
Raquel Vital Braz vital.braz@gmail.com.br	
O interior do lar carioca do século XIX em Lucíola de José de Alencar	542
Felipe Azevedo Bosi bosiarquitetura@gmail.com	

As casas senhoriais de Salvador e Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII

Contribuições da Arqueologia para o estudo do seu equipamento móvel cotidiano

JOÃO PEDRO GOMES
SÍLVIA ALVES PEIXOTO
TANIA ANDRADE LIMA

A Arqueologia, porquanto ciência que investiga as sociedades através da cultura material que elas produziram e utilizaram ao longo do tempo, se configura como a principal ferramenta analítica na interpretação do cotidiano. Nesse sentido, os trabalhos arqueológicos realizados em contextos urbanos, majoritariamente resultantes de alterações urbanísticas públicas e privadas e impulsionados pela obrigatoriedade legal de avaliações do subsolo prévias a qualquer construção, são hoje uma importante fonte de informação que permite, através da análise das estruturas identificadas e materiais coletados, recuperar práticas cotidianas desenroladas nas cidades, normalmente escassas na documentação escrita sobre a qual se debruçam as investigações históricas.

No contexto brasileiro, os estudos arqueológicos revestem-se de especial relevância no que concerne o horizonte cronológico que antecede a chegada da Família Real, período da história da Colônia parcamente documentado nas fontes. Da evolução física das cidades às práticas domésticas privadas, a Arqueologia tem trazido um considerável volume de novas informações que obriga a revisão de determinadas interpretações sobre o cotidiano colonial, nomeadamente no que diz respeito ao equipamento móvel doméstico utilizado pela população, cujos fragmentos recolhidos nas escavações são o testemunho dos interiores das residências que integravam a cidade.

Assim, ao cotejar as informações referentes aos processos de fixação das populações na antiga malha urbana das cidades com os materiais coletados durante os trabalhos arqueológicos, nos é permitido inferir hábitos de consumo no que se refere aos itens de louça utilizados, percebendo, desta forma, as linhas gerais dos padrões de consumo da época, bem como de circuitos comerciais.

Como caso prático desta associação, tomamos as escavações realizadas entre 1998 e 2001 na Praça da Sé da cidade de Salvador da Bahia e os recentes trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Rua da Assembleia, no Rio de Janeiro, cujos conjuntos materiais recolhidos, ao apresentarem uma impressionante e inusitada variedade de produções de faianças portuguesas, espanholas, italianas, holandesas e porcelanas chinesas, permitiram, por um lado, atestar que as áreas em questão eram, durante os



séculos XVII e XVIII, espaços de grande circulação de pessoas, de diferenciado status social, algumas delas detentoras de considerável poder aquisitivo para arcar com a aquisição de produtos de elevado nível, e, por outro, identificar os circuitos comerciais que abasteciam este mercado consumidor de luxo.

Contextualização histórica

Salvador da Bahia

Em 29 de Março de 1549 Tomé de Sousa atinge a costa do Brasil, na capitania de Paraguaçu, com uma missão muito específica: criar um centro urbano na Baía de Todos os Santos que assumisse a função de cabeça do Brasil, ou seja, instalar a capital da colônia brasileira e aí centralizar a gestão de todo o território colonial. Para tal, fez-se acompanhar de todo o staff necessário à organização administrativa, econômica, militar e religiosa da cidade, iniciando assim o processo de ocupação e urbanização do planalto a 70 metros de altura do mar, onde se concentraram todos os edifícios públicos de prestígio, distribuídos em torno de três eixos principais: a praça do Palácio do Governador, onde se instalaram as principais instituições administrativas (o Palácio do Governador, a Câmara, o Tribunal da Relação, a Cadeia e a Casa da Moeda); o adro da Sé, unido àquela praça pela Rua da Misericórdia, e o Terreiro de Jesus, no extremo nordeste do planalto, onde a par do Colégio Jesuíta se concentravam diversas igrejas e ordens terceiras e religiosas¹.

Salvador foi uma cidade que, desde a sua instalação, não cessou de se expandir, alargando a sua área urbanizada ao longo dos séculos e atingindo em meados do século XVIII² a marca de 41.000 habitantes. Decerto esse crescimento se deve tanto a sua importância como centro administrativo da Colônia, como ao lugar de destaque que ocupava no comércio intercontinental que a conectava a Portugal, à costa ocidental africana e ao Oriente.

A vasta população dedicada ao comércio fixada na cidade de Salvador permitia o avultado (mas nem sempre constante) fluxo de bens importados entre os outros territórios ultramarinos à Metrópole e o território sul-americano, e, conseqüentemente, a sua redistribuição dentro do espaço colonial brasileiro, transformando a cidade num verdadeiro empório comercial³.

Até meados do século XVII, este comércio era operado por mercadores que empreendiam a viagem a título individual ou, na maior parte das vezes, aliados em sociedades de investimento. Após a Restauração da Independência, em 1640, é criada a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1644) e, assim, instituído o comércio exclusivo desta na exportação de produtos metropolitanos (azeite, farinha de trigo,

bacalhau e vinho) e na importação de açúcar, mais tarde nacionalizada e transformada em Junta do Comércio do Estado do Brasil (1670)⁴.

Ainda que, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, a economia açucareira tenha passado por períodos de crise, o tecido comercial e produtor da cidade de Salvador vai readaptando-se à nova realidade econômica instalada com a descoberta de ouro em Minas Gerais, nunca deixando de florescer, e sendo beneficiada com as escalas dos (escassos) navios da Carreira da Índia que aportavam na cidade para completar suas cargas, autorizadas a partir de 1694⁵.

Desta forma, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, a cidade contava com uma atividade comercial pujante, com a chegada dos mais variados produtos metropolitanos e coloniais, permitindo a estruturação de um mercado consumidor de produtos de luxo, que encontrava na cidade número de habitantes com capital disponível para gastar na aquisição de bens importados de qualidade elevada e valor social acrescentado, que permitissem emular comportamentos sociais metropolitanos, símbolos de status social, nomeadamente a ostentação⁶.

Esses habitantes, pertencentes ao alto funcionalismo régio, religioso e mercantil, concentravam-se nos bairros vizinhos à Praça da Sé e à Praça do Governador, palcos privilegiados de sociabilidade e religiosidade, utilizando, paradoxalmente, esse mesmo espaço para descarte de lixo doméstico⁷, em paralelo à prática de sepultamento de escravos⁸ ao longo dos séculos XVII e XVIII.

São Sebastião do Rio de Janeiro

O primeiro século de ocupação do Rio de Janeiro pelos portugueses se caracterizou por relativa mobilidade no que se refere à instalação dos povoados, pois diversos fatores deveriam ser levados em consideração nesse processo, notadamente o defensivo, tendo em vista as constantes ameaças francesas e indígenas. Com isso, em poucos anos a cidade presenciou a mudança do núcleo original no morro Cara de Cão para o Morro do Castelo, elevação abrupta à beira-mar que dispunha não somente de fontes de água abundantes, como também vantagens defensivas. Contudo, apesar dessas vantagens, esse incipiente núcleo urbano também passou a apresentar problemas com o tempo, tendo o espaço se tornado cada vez mais restrito para abrigar moradias, edifícios religiosos, casas comerciais e uma população que crescia aceleradamente⁹.

Assim, em conseqüente movimento de expansão, uma vez diminuídos os riscos vindos do mar, com os franceses, e do interior, com os nativos, já no final do século XVI as várzeas vizinhas ao Morro do Castelo começaram a ser ocupadas, instalando-se a população no espaço plano existente entre morros, inicialmente nas áreas originalmente

secas, mas posteriormente, ao longo do processo de ampliação, desbastando encostas e aterrando lagoas e charcos¹⁰.

Ao longo do século XVII, e até que a capital se transferisse, no XVIII, de Salvador para o Rio, a área propriamente urbanizada da cidade restringia-se à faixa que ligava o Morro do Castelo ao de São Bento, ou seja, as Freguesias da Sé (a cidade velha) e da Candelária (cidade nova), sendo todo o território restante considerado arrabalde¹¹. Esse foi, portanto, desde o início do processo de expansão da cidade, o centro nevrálgico de poder político, econômico e religioso. A Rua Direita (atual Primeiro de Março), na qual foram instaladas as primeiras casas, armazéns, trapiches e igrejas, acabou por se tornar o eixo principal desse novo centro¹², e a partir dela, onde os principais prédios públicos foram erigidos, ruas foram abertas, expandindo os caminhos para o interior da planície¹³.

Ainda que essa tenha sido, desde os primórdios da cidade, uma área eminentemente aristocrática, ocupada pelas elites, tanto político-administrativa, quanto econômica, justamente por seu caráter aglutinador, o que é típico de núcleos urbanos, ela foi sempre ocupada, ou ao menos frequentada, por indivíduos de classes menos abastadas, quer seja pelos escravos, funcionários régios ou ainda pequenos comerciantes que cada vez mais se estabeleciam na região.

Esse contexto cultural, social e funcionalmente híbrido atingiu seu ápice em meados do século XVIII, momento em que o eixo econômico do território colonial se deslocou do Nordeste para o Sudeste, e o Rio se transformou em entreposto comercial importante. A agora capital da Colônia cresceu em importância e número de habitantes (já alcançando, em 1763, a marca de 40 mil)¹⁴, e viu surgir um novo grupo acumulador de grandes fortunas formado por senhores de engenho, traficantes de escravos, negociantes de grosso trato (importadores e exportadores) e proprietários de imóveis na cidade¹⁵.

É nesse cenário, nesse espaço de grande circulação de pessoas, de diferentes origens e classes sociais, em que coexistiam edifícios públicos, residenciais e comerciais, que se encontra um dos conjuntos arqueológicos tratados aqui. É numa área de descarte coletiva recuperada no coração daquele que chegou a ser o centro político, administrativo e econômico da Colônia, que encontramos a cultura material proveniente das elites e de seus subordinados, dos comerciantes e seus clientes. E foi através desse material, notadamente as faianças europeias e porcelanas orientais recuperadas, que pudemos vislumbrar como eram os interiores das casas senhoriais do Rio de Janeiro colonial e como essa elite local expressava a si mesma e exibia seu status através das louças utilizadas em seu serviço de mesa.

Os trabalhos arqueológicos

Praça da Sé - Salvador da Bahia

O espaço da Sé e do adro sofreu expressivas alterações volumétricas desde a sua instalação: o primitivo edifício quinhentista foi alvo de uma reconstrução entre 1612-16 que transformou o espaço interno (de três naves em uma nave única) e, entre 1634-38, foram acrescentados à fachada dois monumentais torreões laterais¹⁶. A construção do templo no limite da escarpa, associando o peso da sua fachada ao perfil inclinado do adro (em direção à escarpa), revelou-se problemática durante o século XVIII, provocando danos estruturais ao edifício. Por esta razão, logo em 1709, é demolido um dos torreões, e, em meados do século, é parcialmente demolido o torreão oposto¹⁷, ao mesmo tempo que o muro de sustentação do adro cede e é aumentado em 1757¹⁸. Em 1760, o edifício perde o estatuto de Sé primacial em detrimento do templo jesuíta, intensificando-se o seu abandono. A igreja, então, conhece o seu fim em 1933, quando é autorizada a sua demolição (e dos quarteirões circundantes) para a instalação da linha de bonde pela Companhia Linha Circular de Carris da Bahia¹⁹, passando por diversas reformulações espaciais até assumir a sua forma atual de Praça da Sé.

As escavações empreendidas entre 1998 e 2001 permitiram, assim, recuperar a história do edifício da Sé e do seu entorno, que se revelou, também, da máxima importância para o estudo do consumo de louças na cidade durante o período colonial. Os materiais foram coletados no setor correspondente a uma parte do espaço do adro imediatamente fronteiro à Igreja e caracterizam-se pelo seu tamanho diminuto e pela grande variedade de formas e decorações, representando, assim, a diversidade de louças que mobiliavam as moradias mais próximas.

Rua da Assembleia – Rio de Janeiro

Por ocasião da construção de um edifício comercial no centro da cidade do Rio de Janeiro, à Rua da Assembleia n.ºs 81, 83, 85 e 87, em terreno ocupado anteriormente por quatro sobrados utilizados para fins comerciais, foram realizadas escavações arqueológicas sistemáticas previamente à execução da obra. Ao longo das atividades de escavação, realizadas entre 2014 e 2015, não obstante a presença esparsa de material por quase todo o terreno, foram identificadas três áreas de concentração de materiais arqueológicos. A diversidade de categorias, e a quantidade e variedade de peças aí recuperadas, tanto no que concerne à forma, como à decoração e à proveniência, indicaram que se tratava de uma área de descarte coletiva, com material oriundo de diversas residências e estabelecimentos comerciais das cercanias. A coexistência de padrões decorativos da faiança portuguesa e da porcelana oriental cronologicamente distantes sugere um espectro temporal relativamente amplo, condizente com um padrão

de descarte contínuo, ou até mesmo intermitente, mas que configura uma área de despejo que esteve ativa (ou foi utilizada) ao que parece do final do século XVII a meados do XVIII, quando este trecho da rua ainda não havia sido edificado. Ademais, a exposição de um poço em alvenaria de pedra adjacente a duas das áreas de concentração de material caracteriza um espaço a céu aberto de intensa circulação de pessoas, que para ali se dirigiam para coletar água e/ou descartar lixo, ambas tarefas desempenhadas exclusivamente por cativos.

Faianças europeias

Praça da Sé – Salvador

A amostra de faianças europeias resgatada na Praça da Sé, em um total de aproximadamente 10.000 itens, dentre fragmentos de peças e peças fragmentadas, é composta por vasto grupo de produções que vão de inícios do século XVII à primeira década do século XVIII.

Do total de fragmentos, foram catalogados 7.007, que permitiram a identificação da decoração e/ou da forma. O conjunto apresenta uma heterogeneidade morfológica condizente com um contexto de deposição de descarte urbano. A categoria mais expressiva na amostra diz respeito aos pratos, de diversas formas e perfis (de aba curta, média e longa, côvos e fundo côncavo²⁰), seguidos das almofias²¹, malgas²² e tigelas²³, e em menor incidência salseiras²⁴, caixas/tampas e um pequeno grupo de formas especiais e atípicas, como garrafas, jarros, potes, oratórios, castiçais, entre outros²⁵.

No que se refere às gramáticas decorativas identificadas, a mais expressiva é a dos Semicírculos Concêntricos, seguida da Decoração Simples com contornos e linhas em azul e/ou breves apontamentos decorativos esquematizados. Algumas menos expressivas apresentam, no entanto, elevado potencial interpretativo, uma vez que são representativas de produções específicas de um determinado período cronológico: como exemplo, as Sino-Portuguesa e Fito-geométrica aparecem associadas a cronologias que recuam à primeira metade do século XVII e, portanto, são exemplos do fulgor artístico deste tipo de produção, fortemente influenciada pelas gramáticas decorativas das faianças italianas e espanholas contemporâneas à das porcelanas chinesas produzidas durante a dinastia Wanli.

Cabe mencionar que foi evidenciado um considerável número de fragmentos de um tipo específico de produção de faiança denominado Malegueira, que se caracteriza tanto pela utilização de um esmalte amarelado e espesso, como pela ausência de decoração, correspondendo estas às primeiras produções de faiança em território português, ainda no final do século XVI.

Dentre as faianças provenientes de outros centros produtores europeus, destacam-se três grupos: as produções italianas, espanholas e holandesas. Nas produções italianas foram identificados dois tipos: oriundos dos fornos da região de Gênova (caracterizadas por peças de paredes finas e esmalte brilhante em tons de azul e verde claro com decoração em traço fino mais escuro e geralmente associadas a produções do século XVII, saídas dos fornos de Albisola) e as produções denominadas *berrettino*, (caracterizadas pelo esmalte azul e decorações em azul escuro, associadas a cronologias entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII [Fig. 1]).



Figura 1: Faianças portuguesas da Praça da Sé (SSA) com cronologias associadas à primeira metade do século XVII. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Sino-Português, Fitogeométrico (fragmentos 2 a 5), Filetes, Boninas e Reservas Concêntricas.

As produções espanholas estão representadas pela tipologia mais comum em territórios coloniais ibéricos, designada de “blue on blue” (produção de Sevilha), enquadráveis na primeira metade do século XVII, muito próximas decorativamente às produções *berrettino*. Em número menos expressivo, foram igualmente identificadas produções que remetem à Holanda, nomeadamente a denominada faiança de Delft, da segunda metade do século XVII. Foi possível observar que todas estas produções estão associadas a pratos e a tigelas de médio tamanho.

Rua da Assembleia – Rio de Janeiro

Do total da amostra de faianças europeias resgatada neste terreno, que incluem aproximadamente 12.000 itens, dentre fragmentos de peças e peças fragmentadas, foram analisados cerca de 9.000 itens.

O conjunto é composto por faianças portuguesas em ampla maioria, e em baixa proporção por faianças provenientes de outros centros produtores europeus, com destaque para os italianos e holandeses, respectivamente Ligúria e Delft. Caracteriza-se pela quantidade e diversidade de formas e padrões decorativos, estando presentes diversos componentes dos serviços de mesa, aí incluídos pratos, almofias, tigelas, malgas, vasos, jarros, salseiras e sopeiras, com diferentes gramáticas decorativas.

No que se refere à forma, dentre as peças passíveis de identificação, as porcentagens acompanham o material da Praça da Sé, com a predominância sendo dos pratos, seguidos pelas almofias, e, em menor quantidade, tigelas e malgas. Salseiras, jarros e sopeiras têm baixa frequência na amostra²⁶. No interior de cada uma dessas categorias há grande variedade morfológica. Os pratos têm perfis diversos, porém os portugueses, de dimensões maiores, tendem a ser mais fundos. Os holandeses e italianos são mais rasos, menores e mais delicados. Dentre os portugueses há certa homogeneidade de tamanho, com exceção das chamadas *palanganas*, pratos de grandes dimensões e muito espessos, porém sua incidência é pequena. As almofias também variam bastante, não tanto na forma, mais homogênea, mas no tamanho, apresentando tanto vasilhas pequenas quanto bem grandes. As malgas e tigelas, ainda que em número bem menor que os pratos e almofias, apresentam igualmente relativa variedade no tamanho, mais do que na forma.

No que diz respeito aos motivos decorativos, observa-se uma predominância absoluta de peças decoradas. As mais recorrentes são em azul e branco, em especial as decorações simples (pequenos apontamentos e símbolos decorativos em azul, com destaque para as espirais), Geométrico-vegetalistas, e os Semicírculos Concêntricos (Fig. 2).



Figura 2: Faianças portuguesas da Rua da Assembleia com decoração em azul.

Porém, ainda que em menor grau, há grande variedade decorativa, incluindo praticamente todas as gramáticas decorativas da faiança portuguesa: Desenho miúdo, Rendas, Contas, Faixas de folhas de acanto, Heráldicas, Aranhões, Sino-portuguesas, Pseudo-epigráficas, entre outras (Fig. 3). Há grande variedade decorativa também nas faianças holandesas e italianas (Fig. 4), que normalmente se apresentam sob a forma de malgas e pratos rasos e de fina espessura.



Figura 3: Faianças portuguesas da Rua da Assembleia (RJ) com cronologias associadas à segunda metade do século XVII e primeiras décadas do século XVIII. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Rendas; Aranhão; Desenho Miúdo; Heráldico; Faixa com folhas de acanto; Contas; Faiança de encomenda (com letra); Pseudo-epigráfico e Monte Sinai.



Figura 4: Faianças holandesas e italianas da Rua da Assembleia, produções de Delft (acima) e Ligúria (abaixo).

Ainda que os conjuntos se assemelhem, especialmente no tocante aos aspectos morfológicos, é preciso salientar uma diferenciação em termos cronológicos, uma vez que a amostra da Praça da Sé sugere um horizonte temporal ligeiramente mais recuado que o da Rua da Assembleia. Há materiais de inícios do século XVII em Salvador que inexistem no contexto carioca, como as chamadas Malegueiras, e motivos decorativos mais antigos que, ainda que estejam presentes nos dois conjuntos, são muito mais expressivos no contexto da Praça da Sé. Sobre esse aspecto, é importante ter em mente, em primeiro lugar, que um tempo considerável pode decorrer entre a fabricação de um artefato e o seu descarte, especialmente quando se trata de produtos fabricados na Metrôpole e utilizados na Colônia. Ademais, por se tratar de louça, item da cultura material que tende a perdurar consideravelmente no seio de uma mesma família, passando de geração a geração, nem sempre os materiais dessa categoria que se encontram no registro arqueológico podem ser diretamente atribuídos ao seu período de fabricação²⁷. Sendo assim, os contextos indicam para a amostra da Praça da Sé um período que vai de início do século XVII até meados do XVIII e para a Rua da Assembleia de fins do século XVII até meados do XVIII.

Porcelanas orientais

Praça da Sé – Salvador

Compõem a amostra de porcelanas orientais da Praça da Sé 430 fragmentos, que podem ser divididos em 3 grupos cronológicos/decorativos: produções associadas ao reinado do imperador Jiajing e Wanli (fim da dinastia Ming, entre 1521 e 1620), sendo mais expressiva a presença das produções de início do século XVII destinadas ao mercado europeu e designadas de porcelana Kraak; já enquadrável no último quartel

do século XVII, o grupo mais numeroso de fragmentos remete às produções da província de Zhangzhou, também denominado de porcelana *Swatow* (caracterizada pelo traço grosso da decoração, em azul escuro, e pasta acinzentada). Por último, um pequeno grupo de fragmentos remete às produções policromas dos reinados de Kangxi (1661-1722) e Yongzheng (1723-1735), denotando-se o uso da cor vermelha, das decorações florais e do castanho para a cobertura dos exteriores das peças. Pratos e tigelas de distintos tamanhos são as formas identificadas neste conjunto.

Rua da Assembleia – Rio de Janeiro

Compõem a amostra de porcelanas orientais resgatadas na Rua da Assembleia 718 itens, dentre fragmentos de peças e peças fragmentadas, de diferentes decorações e cronologias de produção.

No que se refere à forma das peças, não se observa a variedade que há na faiança portuguesa, porém há na porcelana formas que não existem na outra, como mini malgas e grandes tigelas. Pratos, tigelas e malgas, de diferentes espessuras e dimensões, são as formas absolutamente predominantes na amostra.

As cronologias apresentadas pela amostra da Assembleia acompanham as da Praça da Sé, com exemplares do início do século XVII, como a porcelana Kraak, de finais do XVII, Swaton, e já do XVIII, representada pelas produções policromas de Kangxi-Yongzheng (Fig. 5).

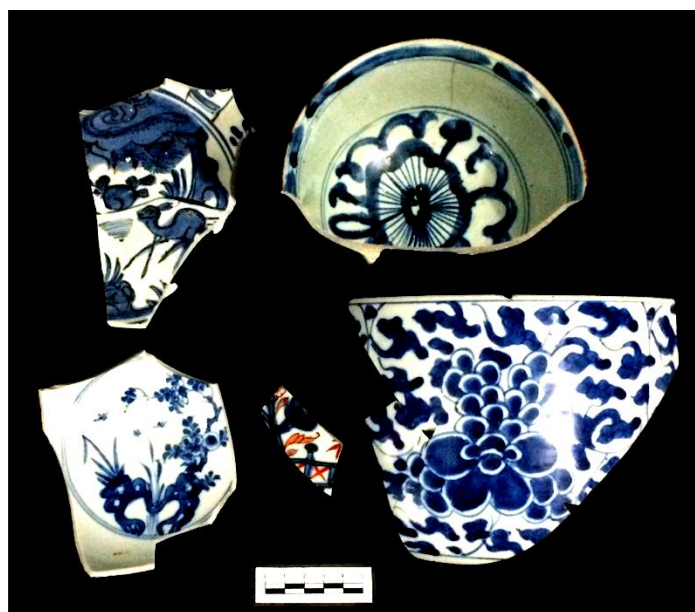


Figura 5: Porcelanas chinesas da Rua da Assembleia (RJ). Da esquerda para a direita e de cima para baixo: tipo Kraak, tipo Swatow e três exemplares dos reinados Kangxi-Yongzheng (1654-1735).

No entanto, as porcelanas dos dois contextos se diferenciam por apresentarem porcentagens distintas, pois a grande maioria do material da Rua da Assembleia se situa cronologicamente no final do século XVII e primeira metade do XVIII, uma vez que a porcelana Kraak, de datação mais recuada e que vem a ser a mais recorrente em Salvador, tem baixa incidência na amostra do Rio, o que corrobora ainda mais a ligeira distância temporal entre os materiais das duas cidades.

O equipamento móvel das casas senhoriais de Salvador e Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII: uma tentativa de aproximação

Numa sociedade que, na sua origem, se organizava segundo a honra dos indivíduos, aferida pela nobreza da linhagem familiar (através de titulação nobiliárquica concedida pelo rei, e privilégios fiscais, que lhes permitia “viver de sua fazenda” e se dissociarem do trabalho manual/mecânico), o seu funcionamento apresentava uma maior complexidade no território colonial português, uma vez que os colonos que deixavam a Metrópole para se fixar no território sul-americano eram, por norma, pessoas desprovidas de nobreza. Esses indivíduos, que procuravam o enriquecimento, nomeadamente lavradores, mercadores, soldados e oficiais liberais (advogados, médicos, boticários), eram atraídos pelo regime de sesmarias controlado pelos capitães-donatários, que previa a doação de terras a quem mostrasse interesse na sua exploração.

Seria, então, esse processo de enriquecimento, proveniente do bem-sucedido cultivo das terras recebidas, que poderia eventualmente trazer a esses homens privilégios sociais, como a ocupação de cargos municipais e demais instituições da administração colonial. Nesse sentido, a exteriorização da riqueza era um poderoso vetor de demonstração e consequente aquisição de poder, assumindo as mais variadas formas: compra de escravos, tecidos finos, acumulação de metais preciosos, tanto em joalheria, como em ourivesaria, e aquisição de mobiliário diverso. Era essa ostentação que garantiria o seu reconhecimento e legitimação perante os demais estratos da sociedade.

Diversos relatos da prática de ostentação são fornecidos por cronistas como Fernão Cardim, que, em viagem ao Brasil em fins do século XVI, se refere ao encontro do Padre Visitador com Garcia d'Ávila, filho de Tomé de Sousa e um dos maiores latifundiários à época:

Aquela noite fomos ter à casa de um homem rico que esperava o padre visitador. (...) deu-nos sempre de comer aves, perus, manjar branco, etc. (...) Aquela noite nos agasalhou um feitor do mesmo homem de que acima falei, a quem ele tinha mandado recado. Fomos providos de todo o necessário com toda a limpeza de porcelanas e prata, com grande caridade²⁸.

Atesta-se, assim, na Colônia, o alto investimento em equipamento doméstico de luxo, notadamente louças e prataria, como forma de ostentação, prática que cria um mercado consumidor que começa a ser abastecido entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII por um profícuo tráfego comercial privado entre Portugal e o Brasil, com a transação de mercadorias realizada sem grandes limitações. Em meados dos Seiscentos há um considerável decréscimo no tráfego mercantil, provocado pelo episódio monopolista da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Porém, o fluxo é retomado em finais do século XVII, potenciado pela nacionalização da Companhia e refreamento às práticas monopolistas, pela autorização de escalas da Carreira da Índia nos portos brasileiros e fortemente alimentado pela exploração das Minas Gerais e a necessidade de mão-de-obra escrava a partir do século XVIII.

Não será, portanto, de estranhar que entre 1681 e 1699 se tenha registrado o envio de mais de 64.000 dúzias de peças de faiança portuguesa do Porto para o Brasil, e que nesse mesmo período se registre também a saída de uma embarcação vinda originalmente de Gênova, de cujo carregamento fazia parte uma caixa de louça²⁹, provando-se que nesse intenso tráfego comercial entre a Europa e a Colônia a louça tinha presença assídua, ainda que em caráter secundário, uma vez que cada embarcação transportava, em média, uma a duas caixas de louça³⁰.

A circulação comercial nas primeiras décadas do século XVIII foi de tal forma intensa que, a pedido das autoridades, a Alfândega da Bahia solicitou o tabelamento definitivo das taxas a cobrar por cada gênero que entrasse na cidade via marítima. Dentre os gêneros elencados na pauta de 1718, destacam-se:

Louça pintada de sorte caixa de Gênova – unidade – 15\$000
Louça dita por dúzias – unidade - \$360
Louça da terra fina - dúzia - \$180
Louça dita grossa – dúzia - \$120
Louça da Índia e de Holanda pagará segundo sua qualidade
Louça de Castela – dúzia - \$300³¹.

Assim, o tabelamento de louça de Gênova, “da terra fina e grossa” (isto é, louça portuguesa), da Índia, Holanda e de Espanha permite afirmar que estes bens, de fato, entravam nos portos coloniais, percebendo-se, inclusive, uma sobretaxa das louças estrangeiras, de certo reflexo do aumento de preço de venda ao público e, conseqüentemente, incremento do seu valor social.

Lamentavelmente a documentação mais rica no que concerne à descrição dos equipamentos móveis das moradias, como os testamentos e inventários, não apresenta muitos dados sobre as louças. No entanto, quando o fazem, são extremamente curiosos e relevantes para o conhecimento deste tipo de objeto: em alguns testamentos de habitantes da Colônia, datados do século XVII, são arroladas algumas peças de porcelana da Índia, cujos valores oscilariam entre os 160 e 480 réis³², preço consideravelmente elevado para os parâmetros locais: a título de exemplo, um alqueire

de farinha, no século XVII, custaria uma média de 300 réis (aproximadamente 13,8 litros).

Para as primeiras décadas do século XVIII há, também, alguns exemplos elucidativos para a cidade do Rio de Janeiro. Em alguns inventários verifica-se a presença tanto de peças de louça da Índia (pratos, tigelas, xícaras), como de “pratos brancos”, que corresponderiam às produções portuguesas de faiança branca, estas com o preço unitário aproximado de 18 réis cada um³³, valor próximo ao praticado na Metrópole.

Saindo do campo dos documentos escritos e adentrando o da cultura material, as formas e tipologias identificadas nos dois conjuntos de louças aqui apresentados, da Praça da Sé e da Rua da Assembleia, permitem ver além desta documentação, produzindo uma cenário mais rico e detalhado do universo dos equipamentos móveis que integravam as casas senhoriais brasileiras. As análises empreendidas sobre esses materiais possibilitam atestar a profusa utilização da faiança portuguesa durante os séculos XVII e primeira metade do XVIII, com exemplares tanto ricamente decorados, de formas mais delicadas e elaboradas, como com decoração esquemática, simples, de formas mais comuns e grosseiras. Isto é, as amostras estão constituídas por itens usados no serviço de mesa e no serviço de cozinha e demais tarefas domésticas.

A par da utilização desta, observa-se igualmente, ainda que em escala bem mais modesta, o consumo de faianças de outros centros europeus, com especial destaque para as produções espanholas e italianas, em Salvador, e italianas e holandesas, no Rio de Janeiro, também estas de elevada qualidade técnica e decorativa e, por tal, associadas ao serviço de mesa.

Certamente exclusiva das casas mais abastadas, encontra-se a porcelana chinesa como exemplo máximo de ostentação de riqueza e que vai se tornar mais comum a partir do século XVIII, com o estabelecimento oficial das conexões entre o Brasil e a Índia. Lembre-se o famoso episódio a que Fernão Cardim assistiu:

Eis que desce de um alto monte uma índia vestida como elas costumam, com uma porcelana da Índia, cheia de queijadinhos de açúcar, com um grande púcaro de água fria; dizendo que aquilo mandava seu senhor ao padre provincial³⁴.

Para além do comércio intercontinental, deve-se levar em consideração também a circulação de bens pessoais e de mercadorias privadas entre a metrópole e o espaço colonial, promovida pelo intenso deslocamento de pessoas entre os dois continentes e que transportavam consigo seus bens pessoais. De mercadores a governadores-gerais, todos se faziam acompanhar de bens móveis, cuja aquisição na Colônia se fazia de forma mais difícil e dispendiosa.

No entanto, ainda que o acesso às mercadorias europeias, nomeadamente as louças, fosse fortemente condicionado no espaço colonial, este existiu e permitiu, em sentido lato, um acesso geral às produções oleiras portuguesas comuns e, mais restritamente, possibilitou aos mais endinheirados abastecer-se de produtos social e monetariamente valiosos, em especial as porcelanas chinesas, numa tentativa de emulação das práticas sociais metropolitanas.

O comprovado abastecimento irregular e o caráter pessoal de boa parte da movimentação destas mercadorias³⁵, secundárias nas transações comerciais da época, garantiu, assim, ao universo colonial das louças de mesa uma heterogeneidade acentuada, que é possível observar nos conjuntos arqueológicos aqui apresentados, de tal forma que, contrariamente ao que a documentação indica, a casa senhorial colonial se beneficiava de uma considerável variedade de louças, de diversas proveniências, feitios e decorações, que contribuía para o aparato doméstico dos mais abastados e, certamente, para a legitimação do seu poder econômico e social.



NOTAS E REFERÊNCIAS

¹ A organização urbana da “Cidade Alta” aparece detalhadamente descrita na obra de Gabriel Soares de Sousa, de 1587 (Sousa, G. S. (3ªed. 1938). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, coment. Francisco Adolpho Varnhagen, Companhia Editora Nacional). O planalto terá mantido a mesma organização ao longo dos séculos XVII e XVIII, verificando-se o investimento na monumentalidade dos monumentos administrativos/coloniais e religiosos (Vasconcelos, P. A. (1997). “A Idade de Ouro de Salvador”, *Revista Território*, 1 (2): 63-76).

² Villaça, F. (1998). *O espaço intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel, São Paulo: 208.

³ Mascarenhas, M. J. R. (2015). “Salvador e seu recôncavo: “o empório do universo”, *Resgate da Memória*, Ano2, 4: 67-76: 68.

⁴ Lopes, W. de M. (2009). *A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus dominios Ultramarinos: um Tribunal de Antigo Regime na corte de D. João (1808-1821)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói: 58.

⁵ Antony, P. S. (2013). *Relações intracoloniais: Goa-Bahia: 1675-1825*, FUNAG, Brasília: 44.

⁶ Os valores sociais no espaço colonial revestiram-se de uma particular especificidade, onde riqueza e honra eram indissociáveis na organização social dos seus elementos. Para o assunto ver, entre outros, o volume Monteiro, N. G., Cardim, P. e Cunha, M. S. da (2005). *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*, Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa.

⁷ Prática esta que, por diversas vezes, é proibida através de disposições camarárias (Etchevarne, C (2006). “Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia”. *CLIO. Série Arqueológica* (UFPE) , Recife, v. 1, p. 53-79, 2006: 63).

⁸ Para uma análise antropológica e paleobiológica ver Mendonça, T. (2012). *Nuances da vida e da morte no cotidiano da cidade de Salvador da Bahia Seiscentista: a busca de evidências em um estudo paleobiológico*, Tese de Doutorado em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

⁹ Cavalcanti, N. (2010). “Rio Capital da Colônia”. In Pinheiro, A. I. F (org.) *Rio de Janeiro: cinco séculos de História e transformações urbanas*. Casa da Palavra, Rio de Janeiro:50.

¹⁰ Cavalcanti, 2010: 50

¹¹ Fridman, F. (1999). *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Jorge Zahar Editor: Garamond, Rio de Janeiro.

¹² Fridman, 2010: 79.

- ¹³ Pinheiro, A. I. F. (2010). “A Cidade e o Tempo: o Rio de Janeiro através dos séculos. In Pinheiro”, A. I. F (org.) *Rio de Janeiro: cinco séculos de História e transformações urbanas*. Casa da Palavra, Rio de Janeiro: 23.
- ¹⁴ Pinheiro, 2010: 27
- ¹⁵ Cavalcanti, 2010: 60
- ¹⁶ Costa C. (2011). “A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica / Brazil s primatial church: a historical-archaeological perspective.” *Revista de História da Arte e Arqueologia* , v. 1: 61-64.
- ¹⁷ Costa, 2011: 68-69
- ¹⁸ Costa, 2011: 69
- ¹⁹ Costa, 2011: 73-74
- ²⁰ Estes últimos associados a cronologias mais recuadas de finais do século XVI e inícios do século XVII.
- ²¹ Almofia: recipiente aberto, de corpo tendencialmente tronco-cônico, fundo plano e base em pé anelar.
- ²² Malga: recipiente de corpo tendencialmente hemisférico, com base de pé anelar de menor diâmetro que a abertura.
- ²³ Tigela: recipiente de corpo cilíndrico baixo, com base em pé anelar do mesmo diâmetro que a abertura.
- ²⁴ Salseira: recipiente de pequeno diâmetro, bordo de perfil triangular, paredes oblíquas, de fundo côncavo e base circular rasa, de menor diâmetro que a abertura.
- ²⁵ Os materiais identificados estão assim divididos: Pratos – 61,3%; Almofias – 18,9%; Malgas/Tigelas – 15,4%; Vários – 3%, Salseiras – 1,5%; Caixas/Tampas – 0,1%.
- ²⁶ Os materiais identificados estão assim divididos: Pratos – 54%; Almofias – 30,55%; Malgas/Tigelas – 11,21%; Jarros – 2,65%; Salseiras – 1,21%; Sopeiras – 0,2%; Vários – 0,18%.
- ²⁷ Veja-se, como exemplo, algumas gramáticas decorativas associadas à primeira metade do século XVII (nomeadamente as Boninas) identificadas dentro do vasto conjunto recuperado do Galeão Sacramento, naufragado em 1668 (Gomes, J. P. (2011). *Faiança Portuguesa na capital do Brasil Seiscentista*, dissertação em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra).
- ²⁸ Cardim, 1997: 238
- ²⁹ Leão, M. (1999). *A cerâmica em Vila Nova de Gaia*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia.
- ³⁰ Em média, cada caixa comportava cerca de 40 dúzias de peças (Gomes 2011 (I): 88.
- ³¹ Salles, H. N. A. (2014). *Negócios e negociantes em uma conjuntura crítica: o porto de Salvador e os impactos da mineração, 1697-1731*.dissertação de pós-graduação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 138.
- ³² Gomes, 2011 (II): 2
- ³³ Novinsky, A. (1976), *Inquisição: Inventários de bens confiscados a cristãos novos no Brasil*, Editora Imprensa Nacional. Casa da Moeda, Lisboa.
- ³⁴ Cardim, F. (1997). *Tratados da terra e gente do Brasil / Fernão Cardim* , transcrição do texto, introd. e notas Ana Maria de Azevedo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa: 228.
- ³⁵ Gomes, J. P. (2013) “Entre o trato e a bagagem: circulação de faiança entre Lisboa e Salvador da Bahia (séculos XVI e XVII)”, *Revista de Artes Decorativas*, 5: 179-196.

